



European Cybersecurity Certification Scheme for Cloud Services

ALERTA

30 de novembro de 2023

A APDSI alerta para os potenciais riscos económicos e de restrição ao desenvolvimento digital da Europa derivados dos requisitos em discussão do European Cybersecurity Certification Scheme for Cloud Services (EUCS).

A APDSI manifesta a sua preocupação relativamente ao European Cybersecurity Certification Scheme for Cloud Services (EUCS), que está a ser discutido no âmbito da diretiva da União Europeia Network and Information Systems 2 (NIS 2), e ao seu potencial impacto negativo no desenvolvimento tecnológico na Europa.

A União Europeia (UE) comprometeu-se a liderar a atual década digital, através de reformas que pretendem intensificar a confiança e o investimento na conectividade digital e na inovação.

Reconhecemos a importância do objetivo do EUCS, e consideramos a sua importância para o ecossistema europeu, no entanto, alertamos que os requisitos do atual projeto podem colocar em causa a evolução da cibersegurança, a adoção de cloud e o

desenvolvimento tecnológico na Europa, em particular no desenvolvimento de IA generativa em setores críticos.

Atualmente, o projeto impede os fornecedores de serviços de nuvem (Cloud Service Providers - CSP) que não tenham a sua sede global na Europa e que não sejam totalmente detidos por uma entidade da UE de se qualificarem para o nível mais elevado de certificação de cibersegurança. No texto em discussão, o nível mais elevado de certificação destina-se a ser amplamente aplicado aos dados relacionados com a ordem pública, a segurança pública, a saúde pública ou o desempenho de funções governamentais essenciais.

A Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação (ENISA) desenhou o European Cybersecurity Certification Scheme for Cloud Services (EUCS)¹, concebido inicialmente como um sistema voluntário de certificação de cibersegurança para que as empresas demonstrassem a sua fiabilidade e a eficácia dos seus métodos de segurança².

A pedido da Comissão Europeia e de alguns Estados-Membros da UE, a ENISA acrescentou requisitos de soberania, promovendo a "soberania digital" europeia, impedindo fornecedores não europeus de serviços de computação em nuvem.

Embora o EUCS possa, em última análise, promover o crescimento dos prestadores de serviços de computação em nuvem europeus através de políticas comerciais e de investimento especiais, o seu impacto imediato seria o de limitar as empresas europeias nos serviços de computação em nuvem que podem contratar.

Os requisitos de “soberania digital”, isto é, a exigência de que as empresas tenham sede na União Europeia, armazenem dados europeus na União Europeia e que só permitam o acesso a esses dados por parte de pessoal da União Europeia, para obter a certificação mais elevada, são requisitos que serão uma barreira ao acesso ao mercado. Pode-se prever que,

- a. Estes requisitos vão criar barreiras à entrada de empresas sediadas fora da UE e de empresas da UE com operações e investimentos internacionais, o que irá

¹ Ver https://www.uschamber.com/assets/documents/221205_Comments_EU-Cybersecurity_Administration.pdf

² Ver <https://www.enisa.europa.eu/publications/eucs-cloud-service-scheme>

limitar a concorrência no mercado da computação em nuvem, aumentar o custo dos serviços e limitar a escolha de parceiros tecnológicos de confiança para as empresas europeias.

- b. Impedem que a grande maioria dos fornecedores não europeus de serviços de computação em nuvem ofereçam os seus serviços aos clientes da UE que exigem o nível mais elevado (High+) de certificação, limitando consideravelmente a adoção da certificação pelo mercado e atrasando a digitalização dos serviços e processos da UE.

Neste contexto sugerimos a leitura de The Economic Impacts of the Proposed EUCS Exclusionary Requirements: Estimates for EU Member States 3, desenvolvido por o European Centre for International Political Economy (ECIPE).

Assim a APDSI, perante este quadro, alerta para o risco real da medida European Cybersecurity Certification Scheme for Cloud Services (EUCS) discriminar as clouds não europeias e criar um problema aos seus clientes europeus e muito particularmente no contexto português.

³ Disponível em <https://ecipe.org/publications/eucs-immunity-requirements-economic-impacts/>

SOBRE A APDSI

Criada em 2001, a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (APDSI) tem por objetivo a promoção e desenvolvimento da transformação e inclusão digital em Portugal, reunindo com este interesse comum profissionais, académicos, empresas, organismos públicos e cidadãos em geral.

Na linha destes propósitos a APDSI tem vindo a desenvolver diversas atividades em torno de causas tecnológicas e sociais, que se traduzem num conjunto de eventos, recomendações e estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares em diversas áreas de intervenção, como a Segurança e Privacidade, a Ética no Digital, os Serviços Públicos Digitais, a Saúde, a Cidadania e Inovação Social, o Território Inteligente, as Tecnologias de Inteligência Digital, a Política Digital e Governança, os Futuros da Sociedade da Informação, as Competências digitais e o Ambiente e Energia.

Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interações entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e tendo como meta a eficaz perceção e implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. A APDSI tem o Estatuto de Utilidade Pública e foi em 2008 reconhecida como ONGD.

ASSOCIE-SE

URL | www.apdsi.pt

email | secretariado@apdsi.pt

APDSI

ASSOCIAÇÃO
PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO



Associação de Utilidade Pública
ONG – Organização Não Governamental

Rua Alexandre Cabral, 2C – Loja A
1600-803 Lisboa – Portugal
URL: www.apdsi.pt

Tel.: (+351) 217 510 762
Fax: (+351) 217 570 516
E-mail: secretariado@apdsi.pt